

Termo de Referência 4/2025

Informações Básicas

|                    |   |                          |                          |
|--------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG  | Editado por              | Atualizado em            |
| 4/2025             | 264001-FUNDAÇÃO J.D.FIGUEIREDO SEG.MED. TRABALHO - SP | GUSTAVO HOLZBACH HAIBARA | 26/03/2025 09:09 (v 4.0) |
| Status             | ASSINADO  |                          |                          |

Outras informações

|  |                       |                         |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra | 76/2025               | 47648.000096 /2025-21   |

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa para serviços comuns de engenharia, a ser realizada por Lote Único, abrangendo manutenção predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, de caráter preventivo e corretivo, além de serviços eventuais por demanda para as unidades da Fundacentro de São Paulo/SP (CTN) e Campinas/SP (EACA), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

| LOTE ÚNICO |   |        |                   |        |                |                  |
|------------|---|--------|-------------------|--------|----------------|------------------|
| ITEM       | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL      |
| 1          | Fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, com previsão de insumos e ferramentas. Sendo 01 Oficial de Manutenção de trabalho para cumprimento dos serviços de Manutenção - somente para unidade de São Paulo/SP.  | 1627   | mês               | 24     | R\$ 8.504,91   | R\$ 204.117,84   |
| 2          | Fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, com previsão de insumos e ferramentas. Sendo 01 Auxiliar de Manutenção de trabalho para cumprimento dos serviços de Manutenção - somente para unidade de São Paulo/SP. | 1627   | mês               | 24     | R\$ 7.499,70   | R\$ 179.992,80   |
| 3          | Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção predial, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais,   | 1627   | mês               | 24     | R\$ 127.425,08 | R\$ 3.058.201,92 |

|                        |   |      |     |    |               |                         |
|------------------------|---|------|-----|----|---------------|-------------------------|
|                        | abrangendo manutenção corretiva e preventiva, conservação, conserto, instalação, montagem, operação, reparação, demolição e adaptação, nas instalações prediais e seus diversos sistemas e equipamentos, para a sede do CTN - Fundacentro de São Paulo - SP   |      |     |    |               |                         |
| 4                      | Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção predial, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, abrangendo manutenção corretiva e preventiva, conservação, conserto, instalação, montagem, operação, reparação, demolição e adaptação, nas instalações prediais e seus diversos sistemas e equipamentos, para a sede do EACA da Fundacentro, em Campinas - SP | 1627 | mês | 24 | R\$ 24.257,55 | R\$ 582.181,20          |
| 5                      | Manutenção preventiva/ corretiva, instalação e desinstalação mensal em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split (Hiwall, Piso teto e Cassete), com potência de 7000 a 60.000 BTUs, incluindo fornecimento de peças básicas, troca de filtro, mão de obra e ferramentas, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para as unidades do EACA (Campinas-SP) e do CTN (São Paulo-SP)   | 3492 | mês | 24 | R\$ 55.109,17 | R\$ 1.322.620,08        |
| <b>TOTAL EM 2 ANOS</b> |   |      |     |    |               | <b>R\$ 5.347.113,84</b> |

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que visa atender a necessidade pública de forma permanente, assegurando a integridade do patrimônio público e funcionamento das Unidades físicas da fundação no Estado de São Paulo, de modo a não comprometer a prestação dos serviços públicos ou cumprimento da missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os levantamentos realizados no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo I), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [62428073000136-0-000001/2025];
- II) Data de publicação no PNCP: [09/05/2024];
- III) Id do item no PCA: [195];
- IV) Classe/Grupo: [545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO];
- V) Identificador da Futura Contratação: [264001-76/2025].

### 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo I), apêndice deste Termo de Referência, e nos demais anexos que o acompanham.

3.2. O levantamento de preços para serviços sob demanda, assim como as abas "materiais/ ferramentas" dos serviços com mão de obra exclusiva, constituem-se em uma estimativa preliminar, baseadas na seleção de itens considerados mais representativos para a composição dos custos. No entanto, essa estimativa pode não abranger a totalidade dos itens necessários à execução dos serviços. Para fins de contratação e execução, serão considerados todos os itens previstos nas tabelas referenciais, tais como SINAPI/EDIF, conforme aplicável ao escopo dos serviços. O valor global estimado foi determinado com base em metodologia de composição de custos, considerando parâmetros de mercado e análises de contratos anteriormente firmados, garantindo assim uma estimativa coerente com a realidade do setor e as necessidades das unidades.

3.3. Os serviços, conforme consta no Caderno de Especificações Técnicas de Serviços e Materiais (Anexo II deste Termo de Referência), compreenderão a reposição de peças e materiais novos, originais ou similares, bem como o fornecimento de mão-de-obra especializada, equipamentos, ferramentas e assistência técnica para o perfeito e ininterrupto funcionamento das instalações e dos equipamentos dos prédios da Fundacentro. Contratação de empresa para execução de serviços continuados de manutenção predial, de caráter preventivo e corretivo, abrangendo as áreas internas e externas, bem como a execução de Serviços Eventuais por demanda nos imóveis mantidos pela Fundacentro em São Paulo/ SP e Campinas/SP. A relação dos imóveis e suas áreas encontra-se detalhada no Anexo III deste termo de referência.

3.4. O modelo de contratação adotado é no formato postos de trabalho mais materiais e serviços, abrangendo manutenção preventiva, corretiva e serviços eventuais.

3.5. Neste modelo, as parcelas referentes aos postos fixos, bem como materiais de consumo, equipamentos e ferramentas para realização da manutenção, nos termos definidos abaixo são fixas desde que a totalidade das rotinas/serviços previstos neste Termo de referência sejam atendidas.

3.6. Os materiais e insumos da manutenção, exceto os materiais de consumo, poderão ser pagos conforme a efetiva utilização após conferência e ateste pela fiscalização do contrato. Desta forma, os valores pagos corresponderão aos serviços efetivamente e satisfatoriamente realizados, de acordo com as especificações técnicas e dentro dos prazos definidos.

3.7. Os serviços realizados sob demanda poderão ser pagos por medição, desde que essa modalidade não comprometa a continuidade da execução dos trabalhos.

3.8. **Conceitos e definições:** Com o objetivo de identificar e padronizar termos que serão utilizados no relacionamento contratante/contratada, fica estabelecida a adoção dos seguintes conceitos e definições:

3.9. **Instalações e Sistemas:** conjunto de equipamentos, elementos ou materiais ligados fisicamente ou não, os quais através do desempenho de suas funções individuais contribuem para uma mesma função.

3.10. **Equipamentos:** conjunto de elementos agrupados fisicamente para executar determinada função.

3.11. **Inspeção:** avaliação do estado da edificação e de suas partes constituintes, realizada para orientar as atividades de manutenção.

3.12. **Manutenção Predial:** conjunto de atividades exercidas com o objetivo de assegurar plena capacidade e condições de funcionamento contínuo e confiável às instalações, sistemas e equipamentos, não se incluindo nesta denominação serviços que impliquem em ampliação desses Sistemas ou Equipamentos.

3.13. **Manutenção Predial Preventiva:** conjunto de ações desenvolvidas sobre Instalações, Equipamentos ou Sistemas com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade através de inspeções sistemáticas, detecções e de medidas necessárias para evitar falhas, com o objetivo de mantê-lo em estado de uso ou de operação para o qual foram especificados.

3.14. **Manutenção Predial Corretiva:** conjunto de serviços mobilizados após ocorrência de defeitos ou falhas no funcionamento de Instalações, Equipamentos e Sistemas, por falhas, desempenho insuficiente ou vencimento da vida útil de componentes, que resultem na recuperação do estado de uso, de operação ou para que o valor do patrimônio seja garantido. Neste item incluem-se os serviços necessários de recomposição de acabamentos ou de componentes afetados, conforme o existente.

3.15. **Materiais e Insumos:** recursos empregados para a completa execução do objeto do contrato de manutenção, excetuada a parcela de mão-de-obra com dedicação exclusiva e seus respectivos deslocamentos e equipamentos. Divide-se em:

a) **Materiais de Consumo Acessórios** – Materiais acessórios, fornecido pela contratada, aplicáveis para execução de serviços na manutenção dos equipamentos ou instalações, tais como: cola, fita isolante, massa de calafetar, graxa, lubrificantes, parafuso com bucha, veda rosca, solda, lixa, solvente, materiais de limpeza e outros afins. São considerados ainda como material de consumo aqueles de uso recorrente nas manutenções preventivas/corretivas das instalações de rede elétrica, rede de dados e rede hidrossanitária tais como: disjuntores, barramentos, tomadas, interruptores e seus componentes (placas, módulos, espelhos, suportes); lâmpadas de todos os tipos (inclusive para iluminação externa e refletores), luminárias (aplicadas em áreas externas ou internas, de todos os modelos, inclusive refletores), soquetes, reatores, fotocélulas, cabos e fios para rede elétrica, cabos para rede de telefonia e dados (exceto cabo HDMI), tomadas RJ11, RJ45, conectores macho e fêmea para cabos de telefonia e rede, patch cord, calhas, eletrodutos e conexões, canaletas, tubos e conexões para rede de água, de esgoto e pluvial, válvulas para pias, tanques, válvulas de descarga, componentes para reparo de caixas acopladas, componentes para instalação de vasos sanitários, sifões, engates e rabichos, reparos para registros e torneiras, e outros desta natureza. Não se enquadram como material de consumo os equipamentos como: transformadores, racks, switches, patchpainel, louças e metais, assentos para vaso e os componentes de qualquer natureza para novas instalações (pontos novos das redes elétrica / dados / hidrossanitária provenientes de demandas que não se enquadram como manutenção preventiva ou corretiva). São considerados também, como material de consumo, a recarga dos extintores de incêndio.

b) **Materiais e Peças de Reposição** – Todo e qualquer material ou peças originais ou equivalentes, necessárias para a consecução das rotinas de manutenção corretiva fornecidos pela contratada;

3.16. **Mão de obra sob demanda** - Mão de obra realizada por demanda, na qual se inclui os materiais de consumo acessórios, equipamentos e ferramentas para a realização de serviços de manutenção não abrangidos pela equipe com dedicação exclusiva, conforme as condições deste Termo de Referência.

3.17. **Serviços Eventuais:** conjunto de serviços que visem, nos termos delimitados neste Termo de Referência, dar atendimento a necessidades pontuais emanadas pela Administração, não previstas nos planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada, em forma de pequenas intervenções nas edificações.

3.18. **Programa de Manutenção:** plano de trabalho elaborado para cada equipamento e/ou para cada sistema, seguindo determinada metodologia, com discriminação pormenorizada dos serviços de manutenção e suas respectivas etapas, fases, sequências ou periodicidade e com previsão das atividades de coordenação para execução desses serviços. Tal programa deverá estar de acordo com as “Rotinas Básicas de Manutenção Predial”.

3.19. **Relatório Técnico:** parte integrante do Programa de Manutenção, é um documento emitido pela contratada, após o início da vigência do contrato e antes do início das rotinas de manutenção relatando as condições em que se encontram as unidades, ilustrado com fotografias. Este relatório deverá ser assinado pelos Responsáveis Técnicos da contratada em suas respectivas áreas de atuação. É parte integrante do Programa de Manutenção.

3.20. **Relatório Técnico de Visita** - Relatório que comprova que os serviços de manutenção preventiva e corretiva foram executados de acordo com o previsto na Rotina Básica de Manutenção e de acordo com a solicitação da Administração, via Ordem de Serviço (O.S.).

a) Para toda intervenção preventiva e corretiva liberada através de O.S. deverá a contratada emitir um Relatório Técnico de Visita, detalhado dos serviços executados, devendo conter a data de execução, a descrição do tipo do serviço executado, a relação técnica dos materiais empregados, a mão de obra envolvida, fotos e o tempo gasto para realização, dentre outras informações que explicitem o serviço executado. Também deverá conter assinatura do responsável do Setor ou alguém designado por ele, onde foi realizado o serviço, do profissional executor do serviço e da parte técnica/gerencial da contratada, endossada concomitantemente ou posteriormente pela fiscalização Técnica

3.21. **Relatório Mensal de Manutenção** – Instrumento de apresentação dos serviços desenvolvidos pela mão de obra com dedicação exclusiva, relativo a cada unidade abrangida pelo contrato, no período mensal.

3.22. **Relatório técnico de serviço finalizado** - É um relatório consolidado com descrição dos serviços finalizados por imóvel, contendo toda descrição da execução, da Manutenção Predial de caráter preventivo e corretivo, bem como a Ordens de Serviços (OS) emitida, compondo ainda todos os valores fixos e variáveis, pormenorizados, inerentes ao faturamento da contratada.

3.23. **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** - Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

3.24. **Sistema de Gerenciamento de Serviços** - Sistema disponibilizado via web, capaz de fornecer dados on-line, via internet, em mídia digital e impressos (relatórios), além de permitir o recebimento e a emissão das O.S., entre outras informações.

3.25. **Cronograma de Manutenção Preventiva:** documento que orienta as datas e rotinas de atendimento da execução de Serviços de Manutenção Preventiva em cada uma das unidades pelas equipes envolvidas no contrato, levando em consideração o Relatório Preliminar das Unidades. É parte integrante do Programa de Manutenção.

3.26. **Defeito:** anomalia que pode causar danos efetivos, mau funcionamento ou representar ameaça potencial à saúde ou à segurança dos usuários, decorrente de falhas do projeto ou execução de um produto ou serviço, ou ainda, de informação incorreta ou inadequada de sua utilização ou manutenção.

3.27. **Falha:** anormalidade num equipamento ou sistema com interrupção da capacidade de desempenhar sua função.

3.28. **Níveis de Anormalidade:** Graduação de consequências que as falhas e defeitos poderão acarretar nos equipamentos ou nos sistemas, subdivididos em:

a) **Emergência** - Ocorrência de falhas num equipamento ou sistema onde sejam requisitadas ações imediatas a fim de preservar vidas ou patrimônio e/ou garantir a continuidade de atividades essenciais da Fundacentro;

b) **Urgência** - Ocorrência de defeitos que demandem ações a fim de manter a continuidade da prestação dos serviços inerentes da Fundacentro;

c) **Alerta** - Ocorrência de defeito ou falha num equipamento ou sistema que poderá acarretar uma situação do item a ou b. Ocorrência de defeitos ou falhas que não interferem imediatamente na continuidade de atividades essenciais da Fundacentro, mas que requerem ações corretivas.

3.29. **Ocorrência:** qualquer acontecimento não previsto na rotina dos Programas de Manutenção ou Operação.

3.30. **Prazo de Atendimento:** prazo determinado para mobilização pela contratada, dos recursos necessários, visando sanar defeitos ou falhas dos equipamentos ou sistemas, baseado nos níveis de anormalidade.

3.31. **Equipamentos e Ferramentas de Manutenção:** são equipamentos, ferramentas, máquinas, instrumentos de teste, aferição ou de medição tais como: geofone eletrônico digital (ou equipamentos equivalentes de detecção de vazamentos em redes hidrossanitárias), equipamentos de testes específicos de certificação de cabos de rede (hand-held certification tools, cabletests ou cableanalyzer), amperímetro, voltímetro, multíteste analógico, e mala de ferramentas para os profissionais contendo ferramentas básicas e específicas de cada categoria, dentre outros, que a contratada deverá obrigatoriamente dispor para a execução dos serviços.

3.32. **Equipe de Manutenção Predial:** grupo de profissionais constituído por empregados da contratada cuja função é executar os serviços considerados indispensáveis para a execução do objeto do contrato. Divide-se em:

- a) **Equipe Técnica de Manutenção** – Equipe destinada a realizar as rotinas de manutenção preventiva e corretiva que possam dar atendimento a mais ampla gama de demandas observáveis, com dedicação exclusiva.
- b) **Equipe Técnica Administrativa** – Equipe responsável pelo acompanhamento dos aspectos técnicos e administrativos da execução dos serviços;

3.33. **Ordem de Serviço – O.S** - Documento formal utilizado pela Administração para a solicitação da execução de serviços de manutenção sob demanda do contrato. Contém a identificação da solicitação (setor e localidade), a descrição do serviço solicitado (tipo de serviço), tipo de intervenção (manutenção corretiva ou serviços eventuais), níveis de anormalidades (emergência, urgência, alerta ou outras ocorrências), a autorização do fiscal técnico e visto da contratada.

3.34. **Documentação** - Conjunto de elementos, constituído de projetos, projetos “as built”, planilhas, relatórios técnicos, ordens de serviço, etc, necessários à completa visualização dos serviços executados ou a executar, ou ainda que permita ao contratante solucionar problemas que foram diagnosticados pela contratada e não pertençam ao escopo do contrato.

3.35. **SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil**, calculado mensalmente pelo IBGE através de convênio com a Caixa Econômica Federal, que tem como objetivo a produção de informações de custos e índices de forma sistematizada e com abrangência nacional, visando a elaboração e avaliação de orçamentos, como também acompanhamento de custos.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) As lâmpadas incandescentes, halógenas, vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescentes tubulares, compactas, circulares ou similares, quando queimadas, deverão ser substituídas por lâmpadas LED
- b) Somente poderão ser utilizadas lâmpadas LED com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 144, de 13/03/2015, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.
- c) Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.
- d) É vedada à contratada a utilização, na contratação, de produtos preservativos de madeira que contenham os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais.
- e) As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela contratada e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.
- f) Na execução dos serviços, em especial aqueles relacionados a manutenção dos extintores de incêndio, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
- Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
- É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
- As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
- É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H1211, H-1301 e H-2402;
- Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
- A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
- Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
- É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

### Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3. **Justificativa Técnica** - A subcontratação de serviços com valores não previstos na tabela SINAPI/EDIF poderá ser aceita se houver justificativa técnica que demonstre a necessidade de contratar uma empresa especializada ou com maior expertise para a execução da atividade específica.

4.4. **Preços Compatíveis com o Mercado** - Ainda que um serviço não esteja na tabela SINAPI/EDIF, a Administração deve garantir que os preços praticados na subcontratação sejam compatíveis com os valores de mercado e economicamente vantajosos.

4.5. Sendo assim para a definição do valor dos serviços não contemplados nas tabelas referenciais, como SINAPI e EDIF, será necessária a obtenção de, no mínimo, três orçamentos de empresas do ramo. Os orçamentos deverão ser apresentados em papel timbrado, devidamente assinados pelos responsáveis, contendo a descrição detalhada dos serviços, a composição dos custos e os prazos de validade. A média dos valores apresentados servirá como referência para a aferição do preço final, garantindo a adequação ao mercado e a economicidade da contratação.

4.6. A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.8. A aceitação e utilização dos valores aferidos por meio de orçamento estarão condicionadas à autorização previa do fiscal do contrato.

4.9. A empresa vencedora da licitação continua sendo responsável pelo cumprimento do contrato, mesmo quando há subcontratação de determinados serviços.

4.10. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

#### Garantia da contratação

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

4.11.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.17.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.17.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e



- 4.17.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.18. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.22.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.22.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.23. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.23.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.23.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.24.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.24.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.24.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.25. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.27. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### Vistoria

4.28. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, por e-mail ou telefone, conforme relação abaixo.

| Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho |                |  |  |  |                        |
|--|----------------|--|--|--|------------------------|
| ÓRGÃO  | MUNICÍPIO/UF   | UNIDADE                                | ENDEREÇO   | CONTATO  | HORÁRIO DE ATENDIMENTO |
| FDC  | São Paulo - SP | Centro Técnico Nacional CTN            | Rua: Capote Valente, 710 - Pinheiros, São Paulo - SP<br>CEP: 05422-970 | Telefone: 11 30666000 (ramais 6398 e 6046)<br>e-mail: slo@fundacentro.gov.br | 09:00 - 16:00          |
|  | Campinas - SP  | Escritório Avançado de Campinas - EACA | Rua Marcelino Vélez, 43 - Botafogo, Campinas - SP<br>CEP: 13020-200    |  |                        |

4.29. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.30. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.31. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.32. A realização da vistoria é facultativa. Porém a não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.33. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

## 5. Modelo de execução do objeto

#### Escopo do Contrato

5.1. Os serviços abrangerão as seguintes áreas de atuação;

5.1.1. Sistema de automação Predial;

5.1.2. Sistema de detecção e alarme incêndio;

5.1.3. Sistema de Combate a incêndio;

5.1.4. Instalações Cíveis (inclusive serviços nas áreas de vidraçaria, marcenaria, serralheria, pintura etc.);

5.1.5. Reparo nas estruturas metálicas, cobertura, esquadrias, grades, portões etc.);

5.1.6. Instalações Elétrica;

- 5.1.7. Sistema grupo motor- gerador;
- 5.1.8. Bombas e motores diversos;
- 5.1.9. Sistemas de antenas;
- 5.1.10. Ajustes e pequenos reparos nos mobiliários;
- 5.1.11. Instalações hidrossanitárias e de coleta de águas pluviais;
- 5.1.12. Rede de coleta de condensadora proveniente das unidades evaporadoras de ar-condicionado;
- 5.1.13. Sistema de manutenção em Ar-Condicionado;
- 5.1.14. Sistema de sinalização (Placas, anéis de borracha, pisos podotátils, etc);
- 5.1.15. Pisos Elevados;
- 5.1.16. Forros;
- 5.1.17. Manutenção no sistema de pele de vidro;
- 5.1.18. Reparo nas peças e nas estruturas de acionamento das persianas;
- 5.1.19. Paredes divisórias (naval, vidro temperado e/ou laminado e outras);
- 5.1.20. Instalações e equipamentos de prevenção e combate a incêndio (Extintores, Hidrantes, alarmes, iluminação de emergência, sinalização, portas corta-fogo, escadas de emergência, etc);
- 5.1.21. Sistema de prevenção contra descargas atmosféricas – SPDA
- 5.1.22. Reparo nas portas, portões eletrônicos, partes mecânicas, elétricas e eletrônicas;
- 5.1.23. Sistema de controle de acesso;
- 5.1.24. Sistema de Noabreaks;
- 5.1.25. Instalação/Troca/fixações e reposição de equipamentos, tais como: portas, fechaduras, acessórios de banheiros, quadros de aviso, suporte de televisão, televisões, etc);
- 5.1.26. Podas d'árvores, eventuais e emergenciais (o contrato não engloba serviço de paisagismo);
- 5.1.27. Instalação/Troca/fixações e reposição de equipamentos, tais como: portas, fechaduras, acessórios de banheiros, quadros de aviso, suporte de televisão, televisões, etc), assim como prestação de serviço de chaveiro quando necessário.
- 5.1.28. Outras instalações e equipamentos existentes e/ou incorporados ao prédio de São Paulo/SP, exceto:
- Equipe de bombeiro particular (brigadista);
  - Sistema de Elevadores;
  - CFTV;
  - Manutenção em Bebedouros.

| Principais demandas das edificações | %              |
|-------------------------------------|----------------|
| Elétrica                            | 18,00%         |
| Hidráulica                          | 15,00%         |
| Combate a incêndio                  | 10,00%         |
| Civil                               | 15,00%         |
| Chaveiro                            | 20,00%         |
| Ar-condicionado                     | 22,00%         |
| <b>TOTAL GERAL</b>                  | <b>100,00%</b> |

## Condições de execução

5.2. Início da execução do objeto do contrato: em até 7 (sete) dias à partir da emissão da ordem de serviço.

5.3. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de manutenção predial, tais como: infraestrutura de acessibilidade, instalações elétricas, instalações circuitos fechados de monitoramento, sistemas de condicionamento e exaustão de ar, subestações de energia, sistema de proteção contra descarga atmosférica e aterramento, cancelas e portões eletrônicos, fechamentos, revestimentos, esquadrias, impermeabilizações, pinturas, bem como das instalações hidráulicas, sanitárias e de águas pluviais, sistema de prevenção e combate a incêndio e restauros.

5.4. Os serviços de manutenção preventiva e de caráter corretivo, sob demanda, envolverão as especialidades profissionais de: engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica, técnico em segurança do trabalho, eletricista, bombeiro hidráulico, mecânico de ar condicionado e refrigeração, auxiliar de manutenção predial, servente de manutenção predial, além de profissionais como pintor, vidraceiro, pedreiro, serventes de pedreiro, gesso, esquadrilheiro, soldador, serralheiro, montador, restaurador e demais especialidades ligadas à construção civil.

5.5. Trata a presente contratação de um serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra (equipe residente), para unidade de São Paulo/SP e por sob demanda (equipe para realização de serviços eventuais), para as duas unidades São Paulo/SP e Campinas/SP.

5.6. A contratada deverá atender aos normativos vigentes que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, observando as Normas da ABNT, INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), Corpo de Bombeiros, Concessionárias de energia elétrica e de água, prescrições e recomendações dos fabricantes e outras normas que regulamentam procedimentos a serem executados no escopo do contrato.

5.7. A Contratada deverá providenciar o registro das ART's – Anotação de Responsabilidade Técnica, junto ao CREA-SP e demais conselhos profissionais regionais que se fizerem necessários inerentes aos responsáveis técnicos pelo contrato durante sua execução às suas expensas, sem ônus adicional ao Contratante.

5.8. A Ordem de Serviço (OS) inicial, somente poderá ser emitida, após comprovação do recolhimento CREA-SP pelos responsáveis técnicos pela execução do Contrato.

5.9. Os serviços sob demanda serão prestados nas duas Unidades.

5.10. Serviço permanente de manutenção (equipe residente);

5.10.1. Os serviços de mão de obra exclusiva serão prestados exclusivamente na unidade de São Paulo/SP, não sendo permitida sua alocação para atendimento em outras unidades.

5.10.2. A equipe residente (serviço permanente de manutenção) deverá ficar instalada nas dependências da unidade de São Paulo/SP situado na Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, em sala de trabalho disponibilizada pela Contratante;

5.10.3. A equipe residente executará o Plano de Manutenção com as rotinas programadas de manutenção dos itens e sua respectiva frequência de execução no qual deverá constar, obrigatoriamente, a composição das equipes de trabalho a serem formadas, bem como a função a ser exercida pelos componentes das mesmas, devendo ser mantidos os registros das atividades realizadas e das não conformidades verificadas.

5.10.4. A equipe residente deverá realizar os serviços de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:48h, para a realização dos serviços objeto do contrato.

5.10.5. O controle de carga horária de todos os profissionais da Equipe Residente deverá ser realizado pela Contratada de forma eletrônica e constar em Relatório Mensal de Acompanhamento Contratual.

5.10.6. Caso ocorra, por qualquer razão, a impossibilidade de um ou mais dos profissionais acima continuar à frente dos trabalhos, a empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar substituto com formação equivalente ou que atenda ao Termo de Referência, o qual será avaliado pela fiscalização técnica do contrato.

5.10.7. A Contratada deverá substituir imediatamente qualquer empregado ausente, mesmo que, nos casos previstos pela CLT tais como férias, licença saúde, licença paternidade, audiência legal e demais benefícios legais, por profissional que atenda aos requisitos deste Termo de Referência.

5.10.8. A Contratada deverá manter, nas dependências da Contratante, estoque de materiais como lâmpadas, reatores, disjuntores, cabos e fios diversos, soquetes, resistências, relés, contadores, tomadas, interruptores, entre outros, para substituições ou instalações imediatas, pelo profissional disponibilizado.

5.11. Serviço eventuais de manutenção (sob demanda):

5.11.1. Os serviços a serem realizados na unidade de Campinas/SP deverão ser executados conforme previsão do Plano de Manutenção sob demanda elaborado para unidade.

5.11.2. A Contratante, por intermédio do Gestor do Contrato ou fiscais, convocará a Contratada, sempre que necessário, para a realização de serviços eventuais. Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados e especializados, sob acompanhamento e orientação de encarregado preposto da Contratada e supervisão do responsável técnico especializado.

5.11.3. Os serviços eventuais sob demanda deverão ser motivados pelo Contratante através de Ordem de Serviço – OS que deverá descrever os serviços a serem realizados e o prazo de execução. O modelo de OS consta do Anexo IV deste Termo de Referência.

5.11.4. Para a execução dos serviços de manutenção na unidade do CTN em São Paulo/SP, preferencialmente e sempre que possível, sua realização será feita pela mão de obra exclusiva. Nos casos em que não houver condições técnicas ou operacionais para a execução por essa equipe, os serviços serão realizados sob demanda. É vedada a participação da mão de obra exclusiva na execução dos serviços sob demanda, de forma a garantir que não haja qualquer diminuição, readequação ou impacto nos encargos fixos previamente estabelecidos para a equipe exclusiva.

5.11.5. Para os serviços eventuais a serem realizados, estes deverão ser apresentados previamente para análise da Fiscalização, devidamente apresentados em conformidade com as legislações vigentes, especificando o código SINAPI da composição ou do insumo utilizado. O Orçamento deverá ser apresentado na forma analítica quando houver necessidade justificada de alteração de insumos de sua composição original (alteração de material ou retirada de custo de mão de obra, por exemplo). Será definido prazo pela Fiscalização para conclusão dos serviços mais simples. Para serviços mais complexos, o prazo será estabelecido em comum acordo entre a Fiscalização e a Contratada. Tal prazo será registrado na autorização da Ordem de Serviço e seu descumprimento estará sujeito à aplicação de sanções contratuais.

5.12. A metodologia de cálculo para obtenção de preços unitários a serem pagos à Contratada, realizados sobre os custos apresentados, será;

5.12.1. Sobre esses custos apresentados será aplicado o desconto ofertado pela Contratada na Licitação para os itens de 1 a 5 do objeto da contratação, conforme tabela apresentada no item 1.1 deste Termo de Referência.

5.12.2. Depois será aplicado o respectivo BDI para os itens 3 e 4. O desconto ofertado pela Contratada na licitação para o serviço eventual de manutenção deverá estar parametrizado com os índices e forma de cálculos indicados no Anexo VII, e para o serviço com mão de obra exclusiva indicado nos itens 1 e 2 do objeto da contratação, cuja formação de preço consta do Anexo VI deste Termo de Referência.

5.12.3. As planilhas SINAPI, a serem utilizadas em cada orçamento de serviço eventual serão as constantes no Anexo V, planilhas SINAPI (insumos e serviços) desoneradas de data base dezembro de 2024.

5.13. A Contratada deverá manter uma equipe de suporte, não residente, para atendimento a chamadas emergenciais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, por meio de telefones disponibilizados pela empresa, sem qualquer ônus adicional para a Instituição. O tempo de resposta às chamadas emergenciais será de no máximo 4 (quatro) horas, nos locais necessários e descritos neste Termo de Referência.

5.14. O tipo de serviço a ser executado pela equipe de apoio, não residente, bem como o respectivo quantitativo, deverá estar de acordo com as necessidades da Instituição. Poderão ocorrer ou não solicitações diárias/mensais.

5.15. Os profissionais da equipe de apoio (serviços sob demanda de manutenção), quando não se tratar de uma situação de emergência, deverão atender aos serviços demandados no prazo estipulado em Ordem de Serviço - OS, preferencialmente durante o horário das 07:00 (oito horas) às 18:00 (dezoito horas) em dias úteis.

5.16. Os serviços realizados por equipe de apoio deverão ser executados, preferencialmente, durante o horário especificado para manutenção e operação. Salvo em casos excepcionais, esses serviços deverão ser efetuados em horários noturnos, feriados ou finais de semana.

5.17. Quando a execução dos serviços de equipe de apoio (não residente) for executado em horários excepcionais (noturno, feriado ou finais de semana) a Contratada deverá apresentar o rol de funcionários que realizarão os serviços previstos com os devidos dados necessários de identificação para liberação prévia por parte da Contratante: o acesso sem prévia autorização pode ser negado pela Contratante para prevalecer a segurança do prédio e/ou pessoas caso não haja a identificação prévia do prestador de serviço.

5.18. A execução dos serviços será iniciada em até 7 (sete) dias após emissão da Ordem de Serviço de início dos serviços na forma que segue;

5.19. Os locais dos serviços são os indicados no item 4.27 e no Anexo III deste Termo de Referência.

5.20. A equipe de serviço permanente (equipe residente) ficará alocada na unidade da Rua Capote Valente, 710 São Paulo/SP, onde terá a frequência dos empregados registrados através de equipamento eletrônico de controle, sob responsabilidade e controle da Contratada

5.21. As Ordens de Serviços— OS, serão abertas e encaminhadas ao endereço eletrônico informado pela Contratada. O modelo de OS consta no Anexo IV e poderá conter alterações em seu modelo, durante a execução do Contrato, inclusive quanto ao sistema de abertura de OS que poderá ser adotado um sistema eletrônico de abertura e acompanhamento da execução.

5.22. As OS's poderão ainda ser emitidas através de sistema eletrônico da Contratante, através de software dedicado, onde a Contratada deverá ter acesso e deverá realizar o acompanhamento e alimentação de informações do sistema para controle dos serviços realizados. O software poderá ainda realizar o monitoramento e controle do Plano Geral de Manutenção e dos Relatórios Técnicos Mensais.

5.23. A Fundacentro, a seu critério, poderá solicitar através de Ordem de Serviço – OS, a aquisição de insumos para formação de estoque próprio para execução de serviços eventuais, conforme preços praticados na tabela SINAPI Anexo V do Termo de Referência.

5.24. No desempenho dos serviços, a contratada assumirá o ônus pelo fornecimento de materiais e execução das tarefas conexas, tais como: abertura e reposicionamento do forro, rasgos em alvenarias e pisos, recomposição do revestimento, perfurações em paredes e lajes, e outros serviços necessários, assim como a organização e descartes do setor de manutenção.

5.25. A Contratada deverá submeter à aprovação prévia da Fiscalização do contrato o Plano Geral de Manutenção a ser implantado, conforme prazos previstos neste Termo de Referência. Neste deverão constar registros identificando e localizando os equipamentos. As irregularidades e danos encontrados deverão ser sanados de imediato. O relatório mensal desses registros consolidados deverá acompanhar a fatura mensal. Tais exigências não impedem a Contratada de adotar melhores e maiores cuidados quando necessários à conservação dos objetos estabelecidos, bem como realizar a manutenção dos equipamentos que substituírem os originalmente contratados.

5.26. A manutenção corretiva das instalações está diretamente relacionada ao desgaste dos diversos componentes das edificações, em decorrência de seu funcionamento e de possíveis anomalias.

5.27. As edificações e equipamentos do Fundacentro receberão manutenções corretivas sempre que se fizerem necessárias, mediante registro de "Ordens de Serviços".

5.28. Quando se tratar de execução de serviços de manutenção preventiva ou corretiva na qual a Contratada não tenha no quadro de profissionais contratados funcionários com habilitação necessária para execução do serviço ou não possuir autorização dos respectivos fabricantes para execução dos serviços, será permitida a subcontratação, mediante autorização expressa por parte da Contratante.

5.29. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Contratante qualquer indício de trincas nas estruturas de concreto, rachaduras nas vigas, pilares e lajes, exposição de armaduras (ferragens), alvenaria estrutural, revestimentos, ou outros elementos estruturais.

5.30. A Contratada executará todos e quaisquer serviços e intervenções que forem demandadas inerentes às áreas de recuperação civil e hidrossanitária, acabamentos, serralheria, elétrica etc.

a) **Recuperação civil:** Todos e quaisquer serviços de pedreiro na manutenção e recuperação, por exemplo: tijolos, concreto, estrutura, meio-fio, revestimentos, pisos, calçadas, granitos, mármore, caixas de passagem, canaletas, tubulações para fiações, muros, pilares, vigas, impermeabilizações, escavações de valas, e demais serviços inerentes.

b) **Hidrossanitária:** Todos e quaisquer serviços de bombeiro hidráulico na manutenção e recuperação, por exemplo: instalações hidráulicas, de esgotos, de incêndio, incluindo a troca de barriletes, colunas, prumadas, e demais serviços inerentes, como instalação e manutenção de bombas e equipamentos de irrigação, de recalque, de elevação e pneumáticos;

c) **Acabamentos:** Todos e quaisquer serviços de pintura na manutenção e recuperação, por exemplo: paredes diversas, estruturas de concreto, meio-fio, tetos, portas, esquadrias, brises, móveis e equipamentos em geral, forros, divisórias, molduras, placas, letreiros, etc., incluindo emassamento de paredes, tetos, portas e outros serviços necessários ao perfeito acabamento de todo e qualquer tipo de pintura, inclusive eletrostática, e demais serviços inerentes, devendo antes recuperar as partes danificadas.

d) **Restauração:** Todos e quaisquer serviços de restauração predial de elementos históricos, tais como: ornatos, esquadrias, pisos especiais, roda tetos, forros, elementos em estuque, elementos metálicos decorativos e demais elementos construtivos e de acabamento que fazem parte de edificação. A realização desses serviços deve ser executada por profissionais especialistas, com o intuito de proteger as instalações existentes e promover a recuperação de elementos e estruturas danificadas para a recomposição original, em atendimento às normas vigentes de tombamento e preservação de patrimônio histórico.

e) **Serralheria:** Todos e quaisquer serviços de serralheria na manutenção e recuperação, por exemplo: grades e telas para esquadrias, todo e qualquer tipo e modelo de móvel, contêineres, ralos, grelhas, molduras, suportes, portas, portais, esquadrias, guarda corpo, corrimão, suporte para aparelhos de ar condicionado, estruturas de telhado, estruturas metálicas em geral, forro metálico, forro de PVC, estrutura de forro de gesso, alambrados, confeccionados em alumínio, ferro fundido, chapas diversas, tubos diversos, policarbonato, telas, etc., e demais serviços inerentes.

f) **Eletricidade:** Todos e quaisquer serviços de eletricidade em baixa, média e alta tensão inerentes a manutenção e recuperação, por exemplo, a instalação de luminárias, substituição de lâmpadas e reatores queimados; substituição de tomadas, instalação de interruptores; substituição dos disjuntores avariados; reparo nas instalações elétricas; conserto de motores; instalação e remanejamento de cabeamento estruturado; instalação de transformadores de distribuição, instalação de novos Alimentadores, substituição de barramentos em Quadros, substituição de fiação, complementação de pontos e elementos elétricos, balanceamento de fases, e demais serviços pertinentes.

g) **Refrigeração:** Serviços de manutenção de equipamentos, sendo em específico ar condicionado (quaisquer que sejam as tipificações: janela, hi-wall, cassete, piso-teto, etc.). Conserto e substituição de peças danificadas, além da realização de serviços periódicos de limpeza e manutenção dos equipamentos.

h) As Ordens de Serviços de Manutenção serão demandadas pelos usuários em geral à Fiscalização Técnica, ou pela própria Fiscalização Técnica, que enviará ao contratado para o devido detalhamento técnico (descrição do serviço, local, data, quem fez o levantamento e/ou quantificação, assinaturas devidas etc.) da mesma e, após a completa identificação do serviço a ser executado, retornará à Fiscalização Técnica para a devida análise técnica, que encaminhará ao Gestor do Contrato para autorização ou não.

i) Serão permitida 30 (Trinta) ordens de serviço por ano.

h) A definição dos serviços necessários para o atendimento das OS, assim como a quantificação dos mesmos deverá ser realizada pelo Responsável Técnico da Contratada (Engenheiro Civil), com o encaminhamento para análise e aprovação prévia da Fiscalização Técnica do Contratante.

5.31. No decorrer da execução do serviço, os profissionais residentes e eventuais poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, por solicitação da Contratante de forma justificada ou por opção da Contratada, desde que a substituição seja aprovada pela Contratante.

5.32. Quando do início da execução dos serviços, a Contratada apresentará à Contratante o Plano Geral de Manutenção, no qual deverá constar, obrigatoriamente, a composição das equipes de trabalho a serem formadas, bem como a função a ser exercida pelos componentes delas.

5.33. De posse do Plano Geral de Manutenção, o Contratante efetuará a análise do mesmo que, em não havendo alterações, será aprovado.

5.34. Caso a Contratante julgue necessária a realização de modificações no Plano Geral de Manutenção, oficiará à empresa para que proceda a devida alteração, devendo esta promover os acertos no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, contados da data em que receber a solicitação, não implicando a descontinuidade dos serviços.

5.35. Para fins de execução dos serviços, a empresa utilizará nas dependências da instituição, recursos humanos de seu quadro, nas quantidades descritas no item 1 e 2 do objeto do Termo de Referência referente à equipe residente e para os serviços eventuais nas quantidades mínimas suficientes para a eficiência dos mesmos.

5.36. A empresa deverá compatibilizar todos os serviços com as solicitações e as necessidades das instalações do Contratante, inclusive para os casos de emergência, e para aqueles cuja realização torna-se imprescindível que seja aos sábados, domingos, feriados e fora do horário de expediente.

5.37. A empresa orientará os seus funcionários para que anotem todas e quaisquer anormalidades ou fatos dignos de registro, em Livro de Ocorrências específico.

5.38. Para a execução dos serviços de obras e engenharia, serão adotadas como referências as diretrizes estabelecidas no Manual de Obras e Serviços de Engenharia' do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e no 'Manual de Obras Públicas Edificações' da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio (SEAP). A aplicação dessas normativas visa garantir a conformidade dos processos com as melhores práticas de gestão, fiscalização e execução de obras públicas, observando os requisitos técnicos, administrativos e legais aplicáveis no âmbito estadual e federal.

a) Manual de Obras e Serviços de Engenharia" do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), que oferece orientações técnicas específicas para contratações de obras e serviços de engenharia no âmbito estadual.TCE.SP.GOV.BR

b) Manual de Obras Públicas – Edificações, instituído pela Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio – SEAP em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, que visa instituir procedimentos que consagrem os avanços tecnológicos inerentes ao projeto, construção, manutenção e demolição de edifícios públicos, disponível na página ComprasNet: <http://www.comprasnet.gov.br>.

5.39. A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de proteção coletiva (EPC), ferramentas, instrumentos de medição, máquinas, equipamentos e veículos de transporte vertical e horizontal de cargas e pessoas para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas. Os equipamentos de proteção deverão ser compatíveis com os postos, convenções e atividades exercidas.

5.40. A Contratada deverá utilizar na execução dos serviços todo e qualquer material de consumo, complementar necessário à perfeita execução dos serviços, tais como: brocas, discos de corte, rebolos, escovas, pregos, tachas, parafusos, buchas, arrebites, pincéis, rolos para pintura, trinchas, brochas, redutor, tinta base anticorrosiva para metais, fitas adesivas, palha de aço, lâ de aço, colas, botões, zíper, linhas de costura, grampos, lâminas de serra, velcro, lixas, graxas, lubrificantes, etc. Deverá ainda ser previstos pela Contratada os equipamentos necessários para execução dos serviços tais como: escadas, andaimes, betoneiras, ferramentas, etc.

5.41. A Contratada deverá disponibilizar meio de comunicação comercial (rádio comunicação e /ou telefone celular) em período integral e fornecer o contato para os fiscais e gestor do contrato, objetivando uma comunicação ágil e de fácil localização, com ônus integral para a Contratada no caso de celular.

5.42. A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

5.43. A Contratada deverá providenciar uniformes e crachá de identificação para os profissionais indicados, tanto para a equipe residente quanto para equipes eventuais.

5.44. Para a prestação de serviços de manutenção preventiva, a empresa deverá observar os Manuais de Instruções dos Aparelhos, as Normas Técnicas Específicas, relativas a cada equipamento, bem como a periodicidade e as demais orientações prescritas, relativas ao mesmo.

5.45. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo a empresa comunicar, previamente, os problemas impeditivos ao contratante, quando forem identificados.

5.46. Os serviços técnicos de manutenção serão efetuados nos locais onde os equipamentos encontram-se instalados.



5.47. Caso os serviços devam ser executados em locais diversos dos estabelecidos no item anterior, a empresa será responsável pela retirada e remessa dos equipamentos para conserto, bem como pela posterior reinstalação dos mesmos, depois de devidamente autorizada, assumindo as despesas com a retirada e devolução dos mesmos.

5.48. A Contratada somente realizará serviços que impliquem a paralisação de equipamentos ou ambientes de trabalho, após prévia autorização do Contratante.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.49. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

| Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho |                |  |  |  |                        |
|--|----------------|--|--|--|------------------------|
| ÓRGÃO  | MUNICÍPIO/UF   | UNIDADE                                | ENDEREÇO   | CONTATO  | HORÁRIO DE ATENDIMENTO |
| FDC  | São Paulo - SP | Centro Técnico Nacional CTN            | Rua: Capote Valente, 710 - Pinheiros, São Paulo - SP<br>CEP: 05422-970 | Telefone: 11 30666000 (ramais 6398 e 6046)<br>e-mail: slo@fundacentro.gov.br | 09:00 - 17:00          |
|  | Campinas - SP  | Escritório Avançado de Campinas - EACA | Rua Marcelino Vélaz, 43 - Botafogo, Campinas - SP<br>CEP: 13020-200    |  |                        |

5.50. Os serviços manutenção preventiva e corretiva, objetos desta licitação deverão ser realizadas preferencialmente no período das 07:00às 18:00 horas, em dias úteis.

##### 5.50.1. Mão de obra com dedicação exclusiva; (Unidade São Paulo/SP)

a) Nos casos em que for necessária a realização de serviços fora do período supracitado, seja após a jornada habitual ou em finais de semana, a contratada deverá arcar com os custos (hora extra, transporte, etc), sem ônus para a contratante;

b) Poderá ser acordado entre as partes formas de compensação da jornada de trabalho para realização de serviços que se fizerem necessários nos finais de semana e feriados, respeitando as jornadas habituais de 44 horas semanais. Tais acordos deverão estar em conformidade com a Convenção Coletiva dos profissionais envolvidos.

5.51. Os Serviços Sob demanda demandados deverão ser realizados conforme cronograma prévio, em data e horário previamente combinado com a contratante.

5.52. A Contratada deverá entrar em contato previamente com o Fiscal Setorial, visando informar a data e o horário da execução dos serviços demandados.

5.53. Os Rotinas de manutenção a serem cumpridas estão estimadas nos Anexos VIII e IX.

#### Prazos de Atendimento

5.54. Os prazos de atendimento das Ordens de Serviços (OS) de Manutenção Corretiva deverão respeitar a escala de prioridade e prazo limite de tempo estabelecidos na tabela abaixo:

| PRIORIDADE | PRAZO MÁXIMO DE ATENDIMENTO |                    | TIPOS DE OCORRÊNCIA  |
|------------|-----------------------------|--------------------|--|
|            | SÃO PAULO/SP                | CAMPINAS/SP        |  |
| Emergência | 1 hora                      | 2 horas            | Ocorrências de falhas num equipamento ou sistema onde sejam requisitadas ações imediatas a fim de preservar vidas ou patrimônio e/ou garantir a continuidade de atividades essenciais da Fundacentro |
| Urgência   | 2 horas                     | 4 horas            | Ocorrências de defeitos que demandem ações a fim de manter a continuidade da prestação dos serviços inerentes a Fundacentro  |
| Alerta     | 4 horas                     | 6 horas            | Ocorrências de defeitos ou falhas que não interferem imediatamente na continuidade de atividades essenciais da Fundacentro, mas que requerem ações corretivas.                                       |
| Normal     | 1 dia                       | 2 dias             | Ocorrências que poderão ser atendidas num prazo maior, sem comprometer ou prejudicar o funcionamento ou a imagem da Fundacentro em curto prazo.  |
| Baixa      | 2 dias                      | 5 dias             | Ocorrências que poderão ser atendidas num prazo mais elástico, sem comprometer ou prejudicar o funcionamento ou a imagem da Funacentro em médio prazo.   |
| SobDemanda | Data conforme O.S.          | Data conforme O.S. | Ocorrências não especificadas, que poderão ter sua execução negociada/programada de acordo com o caso.   |

5.55. O prazo máximo de atendimento informado na tabela acima contabiliza o período de ciência da empresa, ou seja, da abertura da Ordem de Serviço (OS), até a conclusão plena da demanda, ou seja, do fechamento da OS.

5.56. Desde que devidamente justificado pela contratada, poderá ser adiado o atendimento dos serviços, com a prévia anuência da contratante.

5.57. Serão consideradas as horas úteis para contabilização dos prazos de atendimento.

5.58. A conclusão do serviço poderá ter duração estendida em face da complexidade dos serviços a serem executados, desde que devidamente justificado e aceito pela contratante.

5.59. As solicitações realizadas às sextas-feiras ou à véspera de feriados demandarão o início dos serviços do atendimento na primeira hora do primeiro dia útil imediatamente posterior à data da solicitação, desde que não se trate de serviços de Emergência ou Urgência.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.60. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades compatíveis e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- a) Todos os componentes e materiais utilizados nas manutenções deverão ser novos, de primeira qualidade e de primeiro uso, salvo em casos específicos desde que autorizado pela Fiscalização do contrato.
- b) A aquisição e o uso dos materiais a serem disponibilizados deverão estar de acordo com as condicionantes descritas nos Critérios de Sustentabilidade, constantes deste TR.
- c) As peças, novas ou de reposição, empregados na execução dos serviços deverão ser de primeira qualidade, não sendo aceito defeitos em peças, má qualidade de produtos e pouca durabilidade. O emprego de materiais de segunda qualidade, danificados ou inadequados acarretarão na substituição imediata, sendo o custo repassado para a empresa contratada.
- d) A qualidade mínima dos materiais empregados na execução dos serviços, sendo que o parâmetro para comparação serão os materiais previamente existentes nas instalações originais da Fundacentro, bem como as normas técnicas pertinentes e o selo de conformidade do INMETRO. Em caso de dúvida na aplicação de algum material que não possua a certificação do INMETRO e que não seja compatível como material previamente existente, a fiscalização deverá ser consultada.

5.61. Para equipe residente os valores serão alocados na planilha de custo e formação de preço com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme Anexo VI.

5.62. Para os serviços sob demanda os valores fazem parte da composição dos preços do serviço (tabela SINAPI). Anexos V e VII.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.63. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.63.1. Para a prestação de serviços comuns de engenharia, continuados, de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas elétrico, hidrossanitário, de proteção contra descargas atmosféricas, de detecção, alarme e combate a incêndio, de iluminação de emergência, grupos motores geradores, equipamentos, nas portas, portões e cancelas automáticos, terminais de recarga para carros elétricos e micro usina solar, bem como de outros serviços eventuais de manutenção, com fornecimento de todos os insumos (mão de obra, materiais, fretes, equipamentos, EPIs, uniformes, ferramentas e outros), , necessários para execução de serviços nas instalações **em lote único** das unidades do estado de São Paulo, para serviço sob demanda, e com dedicação exclusiva de mão de obra somente para unidade de São Paulo/SP sendo 2 (dois) postos fixos – 1 (um) oficial de manutenção e 1 (um) auxiliar de manutenção .

5.63.2. O licitante deverá elaborar as Planilhas de Custos e Formação de Preços de mão de obra, mensal, para cada posto profissional definido neste instrumento, de conformidade com o modelo contido no Anexo VI .

5.63.3. O licitante deverá elaborar as Planilhas de Custos e Formação de Preços de mão de obra para o serviço sob demanda contida no Anexo VII .

5.63.4. Os dados estatísticos podem ser alterados de acordo com a realidade da licitante. Nesse caso a licitante deverá apresentar memória de cálculo para cada item alterado.

5.63.5. Quanto às abas Materiais e Equipamentos/Ferramentas, trata-se de uma estimativa de levantamento para formação de preços com alguns dos itens mais relevantes de manutenção predial e que podem não abranger todos os itens necessários, sendo que para a execução contratual valem todos os itens inseridos na tabela SINAPI / EDIF. O valor global foi estimado através da área do CTN e de valores de Contratos anteriores conforme a sua necessidade.

5.63.6. Apenas os campos em verde podem ser editados; NÃO É PERMITIDO alterar qualquer outro campo nos Anexos VI e VII.

5.63.7. Observar o que estabelece o Edital quanto a rubricas cuja inclusão na Planilha de Custos e Formação de Preços é vedada à proponente.

5.63.8. A Planilha de Custos e Formação de Preços proposta pela licitante deverá ser encaminhada juntamente com os documentos elencados na aba "Documentação Complementar". Poderão ser solicitadas outras comprovações, caso necessário.

5.63.9. Para elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços, os salários dos profissionais, bem como, dos demais benefícios e insumos, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT/vigentes celebradas entre:

5.63.9.1. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

5.63.9.2. Convenção Coletiva de Trabalho SINTRACON/SP x SINDUSCON/SP 2024/2025, registrada no MTE em 05/07/2024 sob o nº SP011720/2024;

5.63.9.3. Portaria STM nº 31/2024 - Reajuste da tarifa do transporte público no município de São Paulo;

5.63.9.4. Relatório de Insumos e Composições SINAPI DEZ/2024 - COM DESONERAÇÃO;

5.63.9.5. Decreto nº 53.151/2012, Art. 18, I, b - Aprova o regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS no município de São Paulo;

5.63.9.6. Lei nº 13.467/2017 - Reforma Trabalhista;

5.63.9.7. Lei nº 13.932/2019 - Extinção da Contribuição Social de 10% sobre o FGTS;

5.63.9.8. IN SEGES/MPDG nº 05/2017 - Regras e diretrizes para contratação de serviços sob o regime de execução indireta;

5.63.9.9. IN SEGES/MPDG nº 07/2018 - Altera a IN SEGES/MPDG nº 05/2017;

5.63.9.10. IN SEGES/ME nº 49/2020 - Altera a IN SEGES/MPDG nº 05/2017;

5.63.9.11. IN SEGES/ME nº 65/2021 - Procedimentos para pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços.

5.64. A escala e o horário de trabalho inicialmente estipulados poderão ser alterados conforme a necessidade do Contratante, respeitando-se a jornada de trabalho prevista em lei. Eventuais necessidades de trabalho no domingo e feriados poderão ocorrer, com as devidas compensações no transcorrer da semana, na relação de um dia de trabalho por dois de folga, no sistema de banco de horas, sendo vedada o pagamento de horas extras.

5.65. A Contratada deverá disponibilizar equipamento eletrônico de controle de frequência dos empregados no local da prestação dos serviços, devendo observar as exigências constantes na Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema Eletrônico de Ponto (SREP).

5.66. Os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários foram estimados, podendo abranger todos os itens da tabela Sipan/Edif, para os serviços sob demanda, e estimado para mão de obra exclusiva na unidade de São Paulo/SP e estão dispostas em abas das Planilhas de Custo e Formação de Preços sob a responsabilidade da licitante.

5.67. A licitante arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.68. Para elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços e os respectivos itens que compõem o preço unitário dos insumos e materiais, a licitante deverá considerar os custos com frete, material, mão-de-obra, administração central, administração local, mobilização e desmobilização dos equipamentos, pessoal, ferramentas e utensílios, veículo de serviço.

5.69. A Fundacentro não terá nenhum tipo de vínculo com os funcionários de empresas para a execução de serviços auxiliares como locação de equipamentos e máquinas, cabendo a Contratada a responsabilidade por eventuais direitos adicionais de insalubridade, periculosidade, noturno e demais exigidos em Lei.

5.70. O custo de eventual serviço disposto em planilha, que a licitante não tiver subsídio satisfatório para o seu dimensionamento, deverá estar incluso no Benefício e Despesas Indiretas - BDI, o qual incidirá sobre os serviços realizados.

5.71. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.72. A Contratada não pode cobrar pela elaboração de cronogramas e orçamentos, sendo que esse custo deve estar integrado nos preços ofertados, e estabelecidos neste Termo de Referência.

5.73. O valor mensal estimado em objeto trata-se de mera estimativa e previsão de gastos, podendo ocorrer, durante a execução do contrato, consumo mensal inferior ou superior, sendo este último atípico, devidamente relatado e justificado, desde que expressamente autorizado pela fiscalização do Contrato, e de forma que a soma dos valores mensais não ultrapasse o montante total anual contratado para este item específico.

5.74. A licitante será a responsável por manter os equipamentos e as instalações que compõem o objeto em perfeitas condições de funcionamento e segurança, por meio dos serviços executados pela mão de obra residente e /ou pelos serviços subcontratados, para tanto a comunicação entre a fiscalização e o preposto seja feita de forma eficiente, célere e segura, pois incidentes que ocorram serão de responsabilidade da contratada, por erro ou omissão.

5.75. Para executar os serviços, o funcionário da contratada deve estar capacitado conforme informado nas normas que regem o serviço, portanto, custos com capacitação devem ser considerados na elaboração da proposta, assim

como manter os funcionários com as devidas habilitações nos casos de trabalhos em altura, em atendimento à Norma Regulamentadora nº 35 (NR 35), que estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura.

5.76. São partes integrantes deste Termo de Referência:

- a) Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- b) Anexo II - Caderno de Especificações Técnicas de Serviços e Materiais;
- c) Anexo III - Unidades Fundacentro - São Paulo e Campinas;
- d) Anexo IV - Modelo Orçamentário e OS por Demanda Usado na Contratação;
- e) Anexo V - SINAPI referente insumos - Composição SP;
- f) Anexo VI - Planilha de Custos - Estimativa Mão-de-obra e Uniformes;
- g) Anexo VII - Planilha de Custos - Estimativa Serviços por Demanda;
- h) Anexo VIII - Rotinas Básicas - Manutenção Predial Preventiva;
- i) Anexo IX - Rotinas Básicas - Manutenção Predial Corretiva;
- j) Anexo X - Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
- k) Anexo XI - Declaração de Participação.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.77. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Uniformes**

5.78. Imediatamente após a contratação da mão de obra deverão ser fornecidos pela contratada os uniformes, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) para os profissionais do contrato, estimados conforme composição SINAPI. Trata-se de relação não exaustiva, devendo recair sobre a Contratada o ônus de providenciar quaisquer outros equipamentos que se fizerem necessários.

5.79. Os EPIs de certificação obrigatória pelo INMETRO devem observar o que exige aquele instituto e as normas da ABNT competentes e vigentes, e demais legislações pertinentes.

5.80. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, compreendendo as seguintes peças mínimas do vestuário: calça brim e camisa tipo polo.

5.81. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos.

5.82. A empresa deverá fornecer crachás de identificação para todos os seus funcionários, que deverão utilizá-lo durante toda jornada de trabalho. Esses deverão possuir, no mínimo: nome completo, nome da contratada e logo tipo, foto 3x4 do funcionário, função. O crachá deverá ser de plástico PVC.

5.83. Os uniformes e EPIs deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.84. Os profissionais deverão andar sempre uniformizados dentro das dependências da Contratante.

5.85. A qualquer dano no equipamento ou data de validade vencida, o mesmo deverá ser substituído imediatamente.

5.86. O uso também deverá ser realizado pelos profissionais sem dedicação de mão de obra exclusiva quando da prestação dos serviços dentro das dependências da Fundacentro.

5.87. Os uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) serão remunerados através da parcela fixa, referentes aos profissionais com dedicação exclusiva, conforme Anexo VI.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.88. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.88.1. Os fiscais do contrato deverão promover as atividades de transição contratual observando, no que couber:

- I. A adequação dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do serviço por parte da Administração;
- II. a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção do serviço;
- III. a devolução ao órgão ou entidade dos equipamentos, espaço físico, crachás, dentre outros; e
- IV. outras providências que se apliquem.

5.89. Os fiscais deverão elaborar relatório final acerca das ocorrências da fase de execução do contrato, após a conclusão da prestação do serviço, para ser utilizado como fonte de informações para as futuras contratações.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período do contrato.

6.8. A Contratada poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. Para isso,

dentre outras providências elencadas nos itens abaixo, será feito uso de um Índice de Medição de Resultados - IMR, elaborado com os critérios para aferição da qualidade do serviço prestado pela Contratada, e apontando a porcentagem de glosa respectiva, caso a execução não tenha sido completamente satisfatória.

6.12. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. No cumprimento de suas atribuições a Fiscalização técnica deverá considerar os aspectos técnicos, mediante aos seguintes indicativos e respectivos níveis, conforme o caso:

| <b>Indicador</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Nível de Serviço aceitável</b>   |
|---|---|---|
| Nível de resposta do contratado no atendimento dos serviços             | Tempo médio entre o recebimento da Ordem de Serviço e a conclusão adequada dos serviços                         | Conforme definido em "Níveis de Anormalidade" item 3.28 e "Prazo de Atendimento", item 3.30 deste termo de referência |
| Nível de atendimento dos serviços sob demanda                           | Prazo de execução adequado dos serviços sob demanda solicitados   | Conforme definido em "Níveis de Anormalidade" item 3.28 e "Prazo de Atendimento", item 3.30 deste termo de referência |
| Nível de periodicidade de execução das rotinas de inspeção e manutenção | Periodicidade de execução adequada das rotinas de inspeção e manutenção estabelecida no Programa de manutenção. | Execução das rotinas inspeção e manutenção no mês definido no programa de manutenção.                                 |
| Nível de qualidade da documentação e registro                           | Verificação de qualidade dos registros de manutenção  | Preenchimento completo de todos os dados da Ordem de Serviço do Relatório mensal de atividade.                        |

6.19. Os indicadores e seus respectivos níveis de serviço devem ser avaliados constantemente pela fiscalização técnica, utilizando-se de Instrumento de Medição (IMR) para aferição de qualidade da prestação dos serviços. Deverá haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores sempre que o contratado não produzir os resultados acordados conforme anexo X deste Termo de Referência.

6.20. O Instrumento de medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito que define, em base compreensíveis, tangíveis, objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequação de pagamento.

6.21. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.22. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.23. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.24. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.25. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.26. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.27. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.28. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.29.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.29.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.29.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.30. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.31. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.32. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.32.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.32.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

## **Fiscal Setorial**



6.33. Os fiscais setoriais são responsáveis pelo acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos em razão da prestação dos serviços em unidades descentralizadas, e geralmente são representados pelos gerentes das unidades ou servidor por ele designado.

6.34. O Fiscal Setorial informará durante a apresentação da equipe quaisquer anomalias que tenha observado, para que sejam incluídas no rol de inspeções a serem realizadas durante a estada da equipe no local, bem como da possibilidade da execução de serviços de manutenção corretiva pré-aprovados.

6.35. As Ordens de serviço serão submetidas ao Fiscal Setorial que, para a realização do ateste, deverá verificar se os serviços foram executados, nos limites do seu conhecimento enquanto usuário. O Fiscal Setorial deverá fazer constar nas respectivas OS quaisquer informações que julguem pertinentes, inclusive e principalmente, alguma pendência, para que a Contratada possa tratar de imediato ou programar para posterior execução, caso tecnicamente não seja possível ser executada no mesmo dia ou não disponha dos meios no momento do atendimento.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.36. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.37. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.38. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.39. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.39.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.39.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.39.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.39.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.39.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.39.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.39.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.39.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.39.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.39.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.39.1.3. entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.39.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.39.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.39.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.39.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.39.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.39.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.39.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.39.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.39.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.39.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.40. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.39.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.41. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.39.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.42. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.43. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.44. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.45. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.46. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações

6.47. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.48. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.49. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialar ao Ministério do Trabalho.

6.50. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.51. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.52. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.53. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.54. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.55. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

6.56. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.57. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.58. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.59. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.60. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.61. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.61.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.61.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.62. As compensações de jornada limitam-se:

6.62.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.62.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.63. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

#### **Gestor do Contrato**

6.64. Cabe ao gestor do contrato:

6.64.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.64.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.64.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.64.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.64.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.64.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.64.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.65. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto, realizada pelo fiscal técnico do contrato, utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo X deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Para a execução dos serviços de inspeção e manutenção da equipe residente, a CONTRATADA será remunerada mensalmente através de parcela fixa, que inclui os custos com a mão de obra com dedicação exclusiva e seus respectivos deslocamentos, materiais de consumo/miudezas, equipamentos e ferramentas (Subitem 1.1 - Manutenção Predial - Parcela Fixa), de acordo com o valor ofertado pela CONTRATADA para este subitem.

7.4.1.1 Para a execução dos serviços pela equipe residente, o Contratante contabilizou a realizar o pagamento mensal de um valor fixo referente ao fornecimento de equipamentos e ferramentas necessários à execução das atividades.

7.4.1.2. Os equipamentos e ferramentas não precisarão ser disponibilizados integralmente desde o início do contrato, mas o contratado deverá garantir que, sempre que houver necessidade, todos os materiais essenciais estejam disponíveis de forma imediata, evitando qualquer interrupção ou atraso nos serviços.

7.4.1.3. O não atendimento a essa exigência poderá acarretar sanções contratuais, conforme previsto no contrato, incluindo a aplicação de penalidades ou descontos proporcionais ao impacto gerado pela falta dos equipamentos ou ferramentas necessárias.

## Do recebimento

7.5. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.1. Tratando-se de obras ou serviços de engenharia realizados por demanda, fora da rotina diária de trabalho da equipe residente, ao final de cada etapa da execução do serviço, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma, estiverem executados em sua totalidade e não interfira na continuidade do serviço.

7.5.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. Para o recebimento mensal referente à rotina de trabalho da equipe residente, a medição será realizada no mês posterior à prestação do serviço, quando será solicitado pela equipe de fiscalização técnica e administrativa os documentos descritos nos itens 6.11 à 6.63, além das folhas de ponto e demais documentos comprobatórios da presença nos postos. Serão produzidos os termos de recebimento provisório técnico e administrativo, que deverão ser analisados pelo Gestor do Contrato, que elaborará o termo de recebimento definitivo constando o cálculo final a ser pago à Contratada. Após isso, o Gestor do Contrato deverá solicitar à Contratada que emita o instrumento de cobrança pertinente (Nota Fiscal) nos valores apontados pela fiscalização.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, para fins de faturamento, será considerado o período mensal para a rotina fixa de trabalho da equipe residente, e para os serviços realizados por demanda, ao final da conclusão de cada serviço.

7.10. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato da equipe residente.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

7.38. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

#### **Repactuação**

7.39. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.40. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado.

7.40.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.40.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.41. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.41.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.42. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

7.46.2.1. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no



instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

7.46.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento (IPCA), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

### **Reajuste**

7.66. Para os itens 3, 4 e 5 os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/EDIF no mês dezembro de 2024.

7.67. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, da variação do índice da construção civil (INCC-ME), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.68. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.69. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.70. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.71. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.72. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.73. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

7.74. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.74.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.75. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.76. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.77. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.78. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

#### **Conta-Depósito Vinculada**

7.79. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.79.1. A escolha para o Sistema de Conta Vinculada como um sistema de gestão de riscos trabalhistas deve-se ao fato de que este sistema já está consolidado nos processos internos de gestão contratual da Fundacentro e tem sido bem aceito e entendido pelas empresas contratadas.

7.80. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.81. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.82. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.83. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.84. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5 /2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.84.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.84.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.84.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.84.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário. 7.48.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.85. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.86. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.87. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.88. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.89. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.90. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.91. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será a Empreitada por Preço Global.

### Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade

8.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.4.1. valor global: conforme valor estimado da licitação.

8.5. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores **iguais ou superiores** aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no Acordo Coletiva de Trabalho **e/ou** Convenção Coletiva de Trabalho, utilizado como paradigma:

- a) salário base: SINDUSCON/SP e SINTRACON/SP;
- b) auxílio-alimentação: Convenção Coletiva de Trabalho; e
- c) benefícios de natureza trabalhista ou social: INSS.

### Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.7. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

8.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;.

8.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.32. Será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

8.34. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.34.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.35. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em plena validade.

8.36. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, dor meio da apresentação de certidões ou atestados por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.38. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.38.1. Manutenção ou construção/instalação de instalações elétricas prediais de baixa e média tensão com capacidade instalada mínima de 750kVA. Entende-se como média tensão aquela situada na faixa entre 1,0kV e 23,1 kV (serão aceitos atestados de serviços realizados em subestações de maior nível de tensão);

8.38.2. Manutenção ou construção/instalação de rede lógica de cabeamento estruturado, em edificação com área construída igual ou superior a 30% da área corrigida de cada Polo Regional;

8.38.3. Manutenção ou construção/instalação de sistema de prevenção, detecção, alarme e sinalização de incêndio, em edificação com área construída igual ou superior a 30% da área corrigida de cada Polo Regional;

8.38.4. Manutenção ou construção/instalação de instalações hidrossanitárias prediais, em edificação com área construída igual ou superior da 30% a área corrigida de cada Polo Regional.

| Unidade      | ÁREA (m²) | 30% da área (m²) |
|--------------|-----------|------------------|
| São Paulo/SP | 10.500    | 3.150            |
| Campinas/SP  | 290       | 87               |

8.39. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.41. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.42. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

- I. Para o Engenheiro Civil/Arquiteto: Certidão de Acervo Técnico - CAT que comprovem ter sido profissional responsável técnico por serviços de fiscalização ou de coordenação ou de supervisão ou de execução de manutenção predial ou construção/instalação com expressa comprovação em manutenção ou construção de instalações civis.
- II. Para o Engenheiro Eletricista: Certidão de Acervo Técnico - CAT que comprovem ter sido profissional responsável técnico por serviços de fiscalização ou de coordenação ou de supervisão ou de execução de manutenção predial ou construção/instalação com expressa comprovação em manutenção ou construção /instalação de instalações elétrica de baixa e média tensão.

8.43. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.44. Os termos do artigo 67, §6º, da Lei nº 14.133, de 2021, os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, sendo admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.45. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.46. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(s) de menor (es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 5.347.113,84

9.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 5.347.113,79 (cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil, cento e treze reais e setenta e nove centavos) conforme custos unitários resumidos na tabela abaixo e detalhados nos anexos V, VI e VII deste Termo de Referência.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL      |
|------|---|--------|-------------------|--------|----------------|------------------|
| 1    | Fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, com previsão de insumos e ferramentas. Sendo 01 Oficial de Manutenção de trabalho para cumprimento dos serviços de Manutenção  |        | mês               | 24     | R\$ 8.504,91   | R\$ 204.117,84   |
| 2    | Fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, com previsão de insumos e ferramentas. Sendo 01 Auxiliar de Manutenção de trabalho para cumprimento dos serviços de Manutenção   |        | mês               | 24     | R\$ 7.499,70   | R\$ 179.992,80   |
| 3    | Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção predial, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, abrangendo manutenção corretiva e preventiva, conservação, conserto, instalação, montagem, operação, reparação, demolição e adaptação, nas instalações prediais e seus diversos sistemas e equipamentos, para a sede do CTN - Fundacentro de São Paulo - SP   |        | mês               | 24     | R\$ 127.425,08 | R\$ 3.058.201,92 |
| 4    | Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção predial, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, abrangendo manutenção corretiva e preventiva, conservação, conserto, instalação, montagem, operação, reparação, demolição e adaptação, nas instalações prediais e seus diversos sistemas e equipamentos, para a sede do EACA da Fundacentro, em Campinas - SP |        | mês               | 24     | R\$ 24.257,55  | R\$ 582.181,20   |



|                        |  |     |    |               |                       |
|------------------------|--|-----|----|---------------|-----------------------|
| 5                      | Manutenção preventiva/ corretiva, instalação e desinstalação mensal em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split (Hiwall, Piso teto e Cassete), com potência de 7000 a 60.000 BTUs, incluindo fornecimento de peças básicas, troca de filtro, mão de obra e ferramentas. Para as unidades do EACA (Campinas-SP) e do CTN (São Paulo-SP) | mês | 24 | R\$ 55.109,17 | R\$ 1.322.620,08      |
| <b>TOTAL EM 2 ANOS</b> |  |     |    |               | <b>R\$ 5.347.113,</b> |

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. As informações de dotação orçamentária estarão presentes no processo da contratação na Declaração de Disponibilidade Orçamentária, não emitida até o momento da elaboração deste documento por não ter havido a liberação dos recursos previstos na LOA 2025.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Infrações e sanções administrativas

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no subitem "d", de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima alínea "c", de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

11.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima alínea "d", de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima alínea "a", de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo.

**GUSTAVO HOLZBACH HAIBARA**

Chefe do Serviço de Logística



Assinou eletronicamente em 25/03/2025 às 16:45:49.

Despacho: De acordo.

**ANGELA TANIESKA SCARLATO**

Coordenadora de Administração



Assinou eletronicamente em 26/03/2025 às 09:09:00.

Despacho: De acordo.

**JUAN GOMES PEREIRA**

Chefe do Serviço de Compras



*Assinou eletronicamente em 25/03/2025 às 16:55:05.*

Despacho: De acordo.

**MACIA MEDEIROS DOS SANTOS TEIXEIRA**

Chefe do Setor de Apoio à DAF I



*Assinou eletronicamente em 25/03/2025 às 16:51:48.*

Despacho: De acordo.

**HIGOR THALES ROCHA LOPES**

Diretor de Administração e Finanças



*Assinou eletronicamente em 25/03/2025 às 16:43:17.*

Despacho: De acordo.

**PEDRO TOURINHO DE SIQUEIRA**

Presidente da Fundacentro



*Assinou eletronicamente em 25/03/2025 às 22:57:42.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo\_I\_ETP\_-\_264001\_000001\_2025\_manutencao\_predial.pdf (233.35 KB)
- Anexo II - Anexo\_II\_caderno\_de\_especificacoes\_tecnicas\_de\_servicos\_e\_materiais.pdf (175.71 KB)
- Anexo III - Anexo\_III\_Unidades\_Fundacentro\_Sao\_Paulo\_e\_Campinas.pdf (321.1 KB)
- Anexo IV - Anexo\_IV\_Modelo\_orcamento\_e\_OS\_por\_Demanda\_usado\_na\_contratacao.pdf (442.36 KB)
- Anexo V - Anexo\_V\_SINAPI\_ref\_Insumos\_Composicoes\_SP\_202412\_Desonerado.zip (20.19 MB)
- Anexo VI - Anexo\_VI\_Planilha\_de\_Custos\_Estimativa\_Mao\_de\_Obra\_e\_uniformes.pdf (28.46 MB)
- Anexo VII - Anexo\_VII\_Planilha\_de\_custos\_Estimativa\_Servicos\_por\_Demanda.pdf (742.63 KB)
- Anexo VIII - Anexo\_VIII\_Rotinas\_Basicas\_Manutencao\_Predial\_Preventiva.pdf (192.18 KB)
- Anexo IX - Anexo\_IX\_Rotinas\_Manutencao\_Basicas\_Predial\_Corretiva.pdf (88.29 KB)
- Anexo X - Anexo\_X\_IMR.pdf (430.18 KB)
- Anexo XI - Anexo\_XI\_Declaracao\_de\_Participacao.pdf (48.32 KB)